

Afife, 30 de Setembro de 2003

Exmo. Senhor Director do PÚBLICO

Escrevo motivado pela carta, hoje publicada, de José Paulo Coelho, um licenciado em Ensino da Matemática e actualmente sem colocação. Este professor explica o efeito que uma medida legislativa de 1998 teve na criação da actual situação de desemprego de muitos licenciados como ele. Responsabiliza e culpa, na minha opinião justamente, os políticos que tomaram decisões como aquela. Em Agosto último enviei ao PÚBLICO um texto sobre formação e contratação de professores de Matemática em que, entre muitas outras opiniões e informações (consolo-me com a ideia que talvez o seu tamanho excessivo seja a única razão para não ter sido utilizado pelo vosso jornal), falei também dos efeitos perversos que a legislação de 1998 provocou. Escrevo de novo apenas com o intuito de complementar, nesse ponto, a carta de José Paulo Coelho. Citando aquele texto:

“...Recordo, a este respeito, alguns factos da última década, que me parecem um pouco esquecidos, e que, muito mais do que outros factores, prejudicaram, e hipotecaram, a qualidade do ensino da matemática. Algum tempo antes das eleições legislativas de 1995, era então Ministra da Educação a Dra. Manuela Ferreira Leite, foi aprovada uma lei que fixava as habilitações para a docência. No caso da matemática era estabelecido um sistema de unidades de crédito em várias disciplinas e áreas da matemática - como álgebra, geometria, análise, etc. - que um licenciado deveria possuir. A questão de determinar as habilitações para a docência arrastava-se há anos e havia finalmente uma decisão de fixar critérios com alguma racionalidade científica. Era discutível o peso relativo dos vários créditos, a necessidade da inclusão de alguns deles ou a ausência de outros, mas a verdade é que nenhuma licenciatura, à excepção das de matemática, daria por si só todos os créditos necessários e ter-se-ia evitado a fixação na carreira de docentes sem a necessária preparação científica, como veio a acontecer. Acontece que após as eleições, o novo governo revogou a lei...”

Quer isto dizer que não só a legislação de 1998 foi péssima como já tinha sido antes revogada legislação que teria evitado a situação actual!

Uma nota final: ao contrário do que se pode depreender da carta de José Paulo Coelho, penso que em 1998, e até antes, já existiam projecções estatísticas que indicavam o preenchimento dos quadros a médio prazo, o que tornar ainda mais graves as decisões políticas então tomadas.

Com os melhores cumprimentos

Eduardo Francisco Rêgo

(Professor do Departamento de Matemática Pura da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

Morada: Largo 25 de Abril, n.º 70, 4900-012, AFIFE
Telefone: 962879021